

Depende de nós

Os novos rumos da negociação da dívida externa mostram que o êxito do nosso projeto de integração competitiva na economia mundial depende exclusivamente de nós. Essa negociação, que ficou emperrada por mais de meio ano, agora pode caminhar rapidamente para uma solução, não porque os credores, eventualmente condoídos com a situação brasileira, reduziram suas exigências, mas porque o governo brasileiro, finalmente, resolveu dar à questão um enfoque condizente com as regras tradicionais do sistema financeiro internacional. Esse novo enfoque ficou claro na viagem que o presidente Fernando Collor de Mello fez aos Estados Unidos. Para assegurar os recursos financeiros indispensáveis ao crescimento da economia brasileira e a sua integração na economia mundial, além de solucionar o problema da dívida, precisamos também eliminar as barreiras que nos separam dos países desenvolvidos.

No processo de integração à economia mundial, o Brasil tem de concorrer, sem nenhuma vantagem prévia, com dezenas de outros países. Em termos de investimentos, "não há ninguém batendo à nossa porta", como observou, em depoimento no Senado, o antigo negociador da dívida, embaixador Jório Dauster. A idéia de que o Brasil é apenas mais um entre dezenas de concorrentes foi resumida com muita felicidade pelo presidente Collor em Washington. "O Brasil deve ter consciência de que é ele que vai fazer sua própria importância. É ele que dará a medida exata de sua significância. Ninguém vai nos passar isso de bandeja", disse o presidente ao correspondente do **Jornal do Brasil**.

Nesse sentido, há muito a ser feito. E há, felizmente, disposição do governo para fazer. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, afirmou que as medidas já tomadas pelo governo, e que exigiram imensos sacrifícios da sociedade, representam apenas o começo. O que se fez, até

agora, disse o ministro, "foi uma reforma conjuntural; é preciso torná-la estrutural".

Em outras palavras, no plano interno ainda falta o essencial. É preciso, observou o ministro, promover uma reforma fiscal e tributária que devolva ao Estado a capacidade de tributar e alivie as empresas das cargas excessivas que inibem os investimentos e a capacidade de gerar empregos. É preciso também redefinir o papel do Estado, devolver a economia às regras do mercado, desburocratizar, privatizar.

A partir daí, será possível pensar em reciprocidade. A tarefa de tornar o Brasil atraente aos investidores internacionais é basicamente política. Relatório do **World Economic Forum** e do **International Institute for Management Development** coloca o Brasil em penúltimo lugar, numa lista de dez países de industrialização recente, em termos de competitividade. O pior desempenho do Brasil está predominantemente nos itens ligados à atuação do governo. Nesse grupo de países, o Brasil apresentou em 1990 a inflação mais alta, o nível de poupança mais baixo, o menor grau de certeza na previsão dos rumos da economia, o maior crescimento dos gastos públicos, a pior política cambial, a política fiscal menos eficaz e o pior grau de educação. Inversamente, nos itens em que o Brasil se apresentou melhor, o papel do empresariado é fundamental. As empresas brasileiras são mais agressivas para integrar-se aos mercados mundiais e, com isso, o Brasil conseguiu diversificar mais seus clientes; o PIB brasileiro é o maior da lista e a economia paralela no Brasil é a mais pujante de todas.

O fato de o problema ser essencialmente político não torna a solução mais simples. Ao contrário, como observamos no editorial de sexta-feira, se as forças políticas não sustentarem a indispensável reforma estrutural, continuaremos à margem da economia mundial e da modernidade.